



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL 2017



ÍNDICE

1. IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL DE 2017	8
2. APRESENTAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	8
3. EXECUÇÃO DOS EIXOS PRIORITÁRIOS	10
3.1. APRESENTAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO	10
3.2. INDICADORES COMUNS E INDICADORES ESPECÍFICOS DO PROGRAMA	19
3.3. OBJETIVOS INTERMÉDIOS E METAS DEFINIDOS NO QUADRO DE DESEMPENHO	20
3.4. DADOS FINANCEIROS	20
4. SÍNTESE DAS AVALIAÇÕES	20
5. INFORMAÇÃO SOBRE A EXECUÇÃO DA INICIATIVA EMPREGO JOVEM (IEJ)	22
6. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS	22
6.a) QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS	22
6.b) AVALIAR SE OS PROGRESSOS REALIZADOS SÃO SUFICIENTES PARA ATINGIR AS METAS FIXADAS, INDICANDO AS MEDIDAS CORRETIVAS EVENTUALMENTE TOMADAS OU PREVISTAS	23
7. RESUMO PARA OS CIDADÃOS	24
8. RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	24
9. AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE	25
10. PROGRESSOS NA PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DOS GRANDES PROJETOS E PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS	25
10.1. GRANDES PROJETOS	25
10.1.a. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS NA EXECUÇÃO DE GRANDES PROJETOS E MEDIDAS TOMADAS PARA A SUA RESOLUÇÃO	25
10.1.b. ALTERAÇÕES EVENTUAIS À LISTA INDICATIVA DE GRANDES PROJETOS DO PROGRAMA OPERACIONAL	25
10.2. PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS (não aplicável)	25
10.2.a. PROGRESSOS ALCANÇADOS NA EXECUÇÃO DAS DIFERENTES FASES DOS PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS	25
10.2.b. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA A SUA RESOLUÇÃO	25
11. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	26
11.4. INFORMAÇÃO SOBRE O APOIO CONSAGRADO AOS OBJETIVOS RELATIVOS ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	26
14. INFORMAÇÕES QUE PODEM SER ADICIONADAS, EM FUNÇÃO DO CONTEÚDO E DOS OBJETIVOS DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS	27
14.4. CONTRIBUIÇÃO PARA AS ESTRATÉGIAS MACRORREGIONAIS E PARA AS ESTRATÉGIAS RELATIVAS ÀS BACIAS MARÍTIMAS, QUANDO APLICÁVEL	27

INDICE DOS ANEXOS¹

Quadro 1 - Indicadores de resultado para o FEDER (Por eixo prioritário)

Quadro 2A - Indicadores comuns de resultado para o FSE

Quadro 2C - Indicadores de resultados específicos dos programas para o FSE

Quadro 3A - Indicadores de realização comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão

Quadro 3B - Número de empresas apoiadas pelo programa operacional excluindo apoios múltiplos concedidos às mesmas empresas

Quadro 4A - Indicadores comuns de realizações para o FSE

Quadro 4B - Indicadores de realizações específicos dos programas para o FSE

Quadro 5 - Informações sobre os objetivos intermédios e metas fixados no quadro de desempenho

Quadro 6 - Informações financeiras a nível do programa e do eixo prioritário

Quadro 7 - Repartição dos dados financeiros cumulativos, por combinação da categoria de intervenção, para o FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão

Anexo I - Resumo para os cidadãos do relatório anual de execução

Anexo II - Relatório sobre a aplicação de instrumentos financeiros (Annotated template for reporting on financial instruments according to Article 46 CPR)

¹ Apenas são disponibilizados os Quadros aplicáveis ao NORTE 2020 e para os quais existe informação reportada ao período a que respeita o Relatório.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP
AG – Autoridade de Gestão
AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AIDUS – Ações Integradas para o Desenvolvimento Urbano Sustentável
AMP – Área Metropolitana do Porto
ANI – Agência Nacional de Inovação
AT – Assistência Técnica
AU – Autoridades Urbanas
CA – Comité de Acompanhamento
CAE – Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CE – Comissão Europeia
CEI – Contratos de Emprego e Inserção
CET – Cursos de Especialização Tecnológica
CIC PT2020 – Comissão Interministerial de Coordenação do PORTUGAL2020
CIM – Comunidade Intermunicipal
COM – Comissão Europeia
DGT – Direção-Geral do Território
DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária
EDL – Estratégia de Desenvolvimento Local
EEC – Estratégias de Eficiência Coletiva
EIDT – Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial
ENEI – Estratégia Nacional de Especialização Inteligente
EREI – Estratégia Regional de Especialização Inteligente
FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia
FdF – Fundo de Fundos
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FSE – Fundo Social Europeu
GAL – Grupos de Ação Local
I&D – Investigação e Desenvolvimento
IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação
IC&DT – Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
IF – Instrumento Financeiro
IFD – Instituição Financeira de Desenvolvimento
IFE – Instrumento Financeiro para a Energia
IFRRU – Instrumentos Financeiros de Reabilitação e Revitalização Urbanas
IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP
IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP
INA – Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas
INE – Instituto Nacional de Estatística
ISCED – Classificação Internacional Normalizada da Educação
ITI – Investimentos Territoriais Integrados
kWh – Quilowatt-hora

OT – Objetivo Temático

PARU – Plano de Ação de Reabilitação Urbana

PDTC – Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

PAMUS – Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável

PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PGA – Plano Global de Avaliação

PI – Prioridade de Investimento

PIB – Produto Interno Bruto

PIICIE – Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar

PME – Pequena e Média Empresa

PO – Programa Operacional

PO MAR – Programa Operacional Mar 2020 (PO MAR 2020)

PROVERE – Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos

PT 2020 – Portugal 2020

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

RE – Regulamento Específico

RECI – Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização

RCM – Resolução de Conselho de Ministros

Rede M&A – Rede de Monitorização e Avaliação do Portugal 2020

RIS3 – *Research and Innovation Strategy for smart Specialization*

SAICT - Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica

SI – Sistema de Incentivos

SIFSE – Sistema de Informação do Fundo Social Europeu

TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

TeSP – Técnicos Superiores Profissionais (Cursos)

TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

TO – Tipologia de Operação

TP – Turismo de Portugal

UE – União Europeia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USF – Unidade de Saúde Familiar

GLOSSÁRIO DE PRIORIDADES DE INVESTIMENTO (PI)

PI 1a|1.1 – Reforço das infraestruturas de investigação e inovação (I&I) e das capacidades destinadas a desenvolver a excelência em matéria de I&I, bem como promoção de centros de competência, em particular os de interesse europeu.

PI 1b|1.2 – Promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, *clusters* e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral.

PI 2c|2.3 – Reforço das aplicações no domínio das TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a ciberinclusão, a cultura eletrónica e a saúde em linha.

PI 3a|3.1 – Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras de empresas.

PI 3b|3.2 – Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização.

PI 3c|3.3 – Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.

PI 4b|4.2 – Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas.

PI 4c|4.3 – Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação.

PI 4e|4.5 – Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação.

PI 6c|6.3 – Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.

PI 6e|6.5 – Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.

PI 8i|8.1 – Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores.

PI 8iii|8.3 – Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.

PI 8v|8.5 – Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários.

PI 8a|8.8 – Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas.

PI 8b|8.9 – Apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade.

PI 9i|9.1 – Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade.

PI 9vi|9.6 – Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais.

PI 9a|9.7 – Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através de melhor acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.

PI 9b|9.8 – Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.

PI 9d|9.10 – Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária.

PI 10i|10.1 – Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação.

PI10ii| 10.2 – Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas.

PI 10iv| 10.4 – Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino dual e de formação de aprendizes.

PI 10a| 10.5 – Investimento no ensino, na formação, na formação profissional e nas competências e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino.

PI 11i| 11.1 – Investimento na capacidade institucional e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a nível nacional, regional e local, tendo em vista a realização de reformas, uma melhor regulamentação e uma boa governação.

PI 11ii| 11.2 – Reforço de capacidades junto de todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, incluindo através do estabelecimento de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local.

1. IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL DE 2017

CCI	2014PT16M2OP001
Título	Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020
Versão	2017.1
Ano do relatório	2017
Data de aprovação do relatório pelo Comité de Acompanhamento	24.05.2018

2. APRESENTAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

(Artigos 50.º, n.º 2, e 111.º, n.º 3, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Execução global

O NORTE 2020 prevê 4.166 M€ de investimento total e 3.379 M€ de Apoio da União (FEDER e FSE) e organiza-se em 9 Eixos Prioritários (EP), a que se junta o EP de assistência técnica.

Até final de 2017, foram abertos 224 Avisos, 164 FEDER (1.949 M€) e 60 FSE (249 M€), e apresentadas 17.963 candidaturas. Dos Avisos de 2017, 81% respeitam ao Sistemas de Incentivos às empresas (SI), com destaque para o SI à Qualificação e Internacionalização PME, com dotação de 135 M€ (EP 2: PI 3.2 e PI 3.3) e, em termos de número, o SI ao Empreendedorismo e Emprego (SI2E), com 54 Avisos, mobilizados através de estratégias DLBC (EP 7: PI 9.6 e PI 9.10) e PDCT (EP 6: PI 8.3 e PI 8.8).

No final desse ano, o PO apresentava 4.895 operações aprovadas, com investimento elegível (IE) de 2.336 M€ e Fundo de 1.537 M€, a que corresponde a taxa de compromisso de 45,5% FEEL, mais 17,1 pp que em 2016. Os valores aprovados eram de 2.183 M€ / 1.410 M€ para o FEDER e 153 M€ / 128 M€ para o FSE.

A dotação aprovada decorre sobretudo dos projetos dos EP 1 e 2 (66%), correspondendo a 3.373 operações, com IE de 1.693 M€ e FEDER de 1.009 M€. Ainda nestes EP foram aprovadas operações de Instrumentos Financeiros (IF), do Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica (SAICT) e do Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SAAC). Assim, os EP 1 e 2 registavam, respetivamente, taxa de compromisso de 45,5% e 65,5%, neste último caso, a mais elevada.

Nos restantes EP, importa destacar os níveis de aprovação dos EP 4, 5 e 8 (cf. detalhe no ponto 3.1).

Nos IF, em particular, regista-se: (i) consolidação da Linha de Crédito com Garantia Mútua, contratualizada com 91 Beneficiários Finais (BF), por 1,5 M€, representando taxa de realização de 21,9% (Fundo de Dívida e Garantia); (ii) operacionalização das Linhas de Financiamento a Entidades Veículo de Business Angels (EVBA) e Financiamento a Fundos de Capital de Risco (FCR), envolvendo respetivamente dotação de 2 e 22 M€, execução de 0,8 e 1,5M€, 9 e 1 BF, financiamento de 1,3 e 5M€; encerramento da Linha de Financiamento a Operações de Capital Reversível por falta de procura, estando a preparar-se a sua reabertura com modificações; reforço da dotação do FC&QC, através do Fundo de Coinvestimento 200M€, com 45 M€ do NORTE 2020 (FC&QC); (iii) chegaram aos intermediários financeiros no final de 2017 os IF para a Reabilitação e Revitalização Urbanas, registando-se 66 intenções de investimento, de 280 M€.

No que concerne à execução financeira, o PO apresentava IE de 557 M€ e Fundo de 380 M€, a que corresponde a taxa de execução FEEL de 11,2%, mais 8,3 pp que em 2016. Por Fundo, os valores executados eram de 506 M€ / 337 M€ para o FEDER e 51 M€ / 43 M€ para o FSE. Em termos de FEDER, as operações que mais contribuíram para a sua execução foram as aprovadas dos SI (64,4%), dos PDCT e dos PEDU (8,2%), dos IF de apoio às empresas (7,2%) e do SAICT (6,4%). Em termos de FSE, 2017 marca o início da sua execução, a qual decorre essencialmente das operações aprovadas de Contratos de Emprego e Inserção (65,5%) e de ações em Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (32,3%).

Continuou a valorizar-se o envolvimento dos parceiros, através da articulação com os OI e outras entidades gestoras (preparação de avisos, definição de procedimentos de gestão, capacitação de RH) e da participação de outros parceiros em sede do CA (ex.: critérios seleção, acompanhamento do PO, do Plano de Avaliação e da Estratégia de Comunicação) e do Conselho Regional.

Progressos alcançados face aos objetivos

Os progressos registados nos indicadores do PO (cf. quadros anexos) variam consoante a tipologia de intervenção. Destacam-se aqueles cujas realizações apresentam a 31/12/2017 melhor desempenho, ou seja, aqueles cujos valores são já iguais ou superiores aos respetivos "Valor-alvo" e cujo ritmo de execução é favorável ao cumprimento da meta de 2018: CO02 Número de empresas que recebem subvenções; CO38 Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas; CO40 Habitações reabilitadas em áreas urbanas; O917 Participantes em ações de trabalho socialmente necessário; CO35 Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas; O1013 Escolas abrangidas por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo; O1014 Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar; O232 Serviços da Administração Pública apoiados.

Globalmente, foi possível assegurar o cumprimento da regra N+3 para o conjunto dos fundos, salientando-se o progresso verificado na execução do FSE.

No que respeita às AIDT, regista-se: (i) ITI – dotação contratualizada (PDCT) de 289 M€ FEDER e 202 M€ FSE (PI 2.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.7, 10.1 e 10.5), encontrando-se, a 31/12/2017, aprovadas a 202 operações, envolvendo 155 M€ de FEEL, correspondente a execução de 36 M€; (ii) DLBC - dotação contratada de 30 M€ FSE e 18 M€ FEDER (PI 9.6 e 9.10), sem candidaturas aprovadas até 31/12/2017, apesar de terem sido submetidas 908 candidaturas, dada a publicação tardia do SI2E e dos avisos, maioritariamente encerrados no final do último semestre; (iii) AIDUS - dotação inicial contratualizada de 385 M€ FEDER (PI 4.5, 6.5 e 9.8 do EP5), tendo subido para 423 M€ por força dos mecanismos de majoração (acelerador e mitigação), registando, a 31/12/2017, 145 operações aprovadas, com FEDER de 104 M€, a que corresponde a execução de 20 M€.

No NORTE 2020 foram aplicadas as condicionantes de alinhamento com a RIS3 Norte nos avisos das tipologias de operação em que essa estratégia constitui condição de alinhamento exclusivo e/ou preferencial, nomeadamente em diferentes PI dos OT 1, 3, 8, 9 e 10. Tendo em consideração a dimensão financeira das PI onde se enquadram, as aprovações dos SI sobrelevam em número de projetos e recursos envolvidos e, assim, influenciam a importância relativa do enquadramento nos diferentes domínios prioritários da RIS3, preponderando os "nucleares", nomeadamente a "Cultura, criação e moda", e apresentando menor relevância os "emergentes" e os "wild card" (sendo que neste último caso o seu peso é inexpressivo, mesmo no domínio dos "Recursos do Mar e Economia").

Continua a assegurar-se o cumprimento dos normativos decorrentes da aplicação dos princípios transversais da igualdade e do desenvolvimento sustentável, nos termos já identificados em anteriores REA. No ponto 11.4, encontra-se informação atualizada sobre os apoios no âmbito das alterações climáticas.

Tal como se detalha no ponto 6.a), continuou a afetar o desempenho do PO o impacto de alguns problemas associados ao seu arranque (aprovação prévia da legislação de enquadramento, das avaliações e condicionalidades ex ante, dos mapeamentos e das estratégias das AIDT). Persistem dificuldades decorrentes da morosidade de implementação de melhorias e correção de incidências dos Sistemas de Informação, a que acresceram algumas alterações das políticas públicas, em especial no que respeita ao SI2E e à eficiência energética.

3. EXECUÇÃO DOS EIXOS PRIORITÁRIOS

(Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

3.1. APRESENTAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Apresentação da execução de cada Eixo Prioritário
1	Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	<p>Principais desenvolvimentos EP 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 51 (dotação inicial: 298,0 M€ FEDER) - Candidaturas: 2553 submetidas e 360 aprovadas (244,6 M€ IE e 183,3 M€ FEDER) - Execução: 48,8 M€ IE e 35,1 M€ FEDER - Taxa de compromisso: 45,5% - Taxa de execução: 8,7% - Taxa de pagamento: 13,0% - Operações totalmente executadas: 31 <p>PI 1.1:</p> <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 9 Avisos SAICT - 1571 candidaturas / 70 aprovadas (113 M€ FEDER) <p>IE aprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE OT1: 244,6 M€ • IE PI 1.1: 133,6 M€ • Peso IE PI 1.1 no IE OT1: 54,6% <p>IE executado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE OT1: 48,8 M€ • IE PI 1.1: 25,5 M€ • Peso IE PI 1.1 no IE OT1: 52,3% <p>Sobre a condicionante que limita as despesas da PI 1.1 a 1/3 das despesas do OT1, no final de 2017, esta PI representava apenas 28% da dotação orçamental do OT1, passando para 54% e 52% se considerados, respetivamente, os pesos face às aprovações e à execução. Esta situação permanece sob monitorização atenta da AG que, em paralelo, está a proceder à revisão da condicionante em questão no âmbito do exercício de reprogramação do PO encetado e em processo de análise e discussão.</p> <p>PI 1.2:</p> <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 3 Avisos SAAC - 68 candidaturas / 33 aprovadas (17,6 M€ FEDER) • 39 Avisos I&D Empresarial e Inovação Produtiva Não PME - 914 candidaturas / 257 aprovadas (52,5 M€ FEDER) <p>IE aprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 1.2: 111 M€ • IE PI 1.2 em operações da RIS3: 111 M€ • Peso IE PI 1.2 em operações da RIS3 no IE PI 1.2: 100% <p>IE executado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 1.2: 23,3 M€ • IE PI 1.2 em operações da RIS3: 23,3 M€ • Peso IE PI 1.2 em operações da RIS3 no IE PI 1.2: 100%

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Apresentação da execução de cada Eixo Prioritário
		<p>Todos os Avisos desta PI incluíam como critério de elegibilidade o alinhamento com os objetivos e prioridades definidas na RIS3.</p> <p>Sobre (i) progressos alcançados e (ii) problemas mais significativos e medidas adotadas, ver Quadros anexos e ponto 6 deste Relatório, respetivamente.</p>
2	Competitividade das Pequenas e Médias Empresas	<p>Principais desenvolvimentos EP 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 54 (dotação inicial: 709 M€ FEDER) - Candidaturas: 9331 submetidas e 3013 aprovadas (1449 M€ IE e 826 M€ FEDER) - Execução: 387 M€ IE e 241 M€ FEDER - Taxa de compromisso: 65,5% - Taxa de execução: 19,1% - Taxa de pagamento: 22,1% - Operações totalmente executadas: 252 <p>PI 3.1:</p> <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 3 Avisos SAAC – 84 candidaturas / 51 aprovadas (23 M€ FEDER) • 10 Avisos Empreend. Qualif. e Criativo – 1238 candidaturas / 229 aprovadas (27 M€ FEDER) <p>IE aprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 3.1: 64 M€ • Peso IE PI 3.1 no IE EP 2: 4,4% <p>IE executado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 3.1: 16 M€ • Peso IE PI 3.1 no IE EP 2: 4,0% <p>PI 3.2:</p> <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 5 Avisos Internacionalização – 87 candidaturas / 45 aprovadas (22 M€ FEDER) • 8 Avisos Internac. PME – 2754 candidaturas / 1327 aprovadas (173 M€ FEDER) <p>IE aprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 3.2: 410 M€ • Peso IE PI 3.2 no IE EP 2: 28,3% <p>IE executado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 3.2: 84 M€ • Peso IE PI 3.2 no IE EP 2: 21,6% <p>PI 3.3:</p> <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 5 Avisos Qualificação – 92 candidaturas / 63 aprovadas (24 M€ FEDER) • 20 Avisos Inov. Produtiva e Qualif. PME – 5073 candidaturas / 1295 aprovadas (442 M€ FEDER) • 3 Avisos IF Empresas – 3 FdF aprovados (115 M€ FEDER) <p>IE aprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 3.3: 974 M€ • Peso IE PI 3.3 no IE EP 2: 67,2%

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Apresentação da execução de cada Eixo Prioritário
		<p>IE executado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 3.3: 288 M€ • Peso IE PI 3.3 no IE EP 2: 74,4% <p>O apoio reembolsável previsto no EP 2 tem um plano de reembolso constituído por períodos de carência (geral, 2 anos) e de amortização de capital (geral, 6 anos) que diferem com tipo de projetos. Os primeiros pagamentos de incentivo reembolsável foram em 2016, o que atento o período de carência coloca, previsivelmente, primeiros reembolsos em 2019.</p> <p>Sobre (i) progressos alcançados e (ii) problemas mais significativos e medidas adotadas, ver Quadros anexos e ponto 6 deste Relatório, respetivamente.</p>
3	Economia de Baixo Teor de Carbono	<p>Principais desenvolvimentos EP 3:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 5 (dotação inicial: 135,1 M€ FEDER) - Candidaturas: 161 submetidas e 37 aprovadas (18,5 M€ IE e 15,7 M€ FEDER) - Execução: 1,6 M€ IE e 1,4 M€ FEDER - Taxa de compromisso: 9,9% - Taxa de execução: 0,9% - Taxa de pagamento: 0,8% - Operações totalmente executadas: 10 <p>PI 4.2:</p> <p>No final de 2017, ainda não havia aprovações nesta PI, encontrando-se a operacionalização desta tipologia em revisão no âmbito do exercício de reprogramação do PO encetado e em processo de análise e discussão.</p> <p>PI 4.3:</p> <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2 Avisos Eficiência Energética Infraestruturas Públicas da Administração Local - 10 candidaturas / 0 aprovadas • 1 Aviso Reabilitação Bairros Sociais (Eficiência Energética) - 79 candidaturas / 7 aprovadas (9,7 M€ de FEDER) <p>IE aprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 4.3: 11,5 M€ • Peso IE PI 4.3 no IE EP 3: 62,2% <p>IE executado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 4.3: 0 M€ • Peso IE PI 4.3 no IE EP 3: 0,0% <p>PI 4.5:</p> <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 Aviso PAMUS – submetidas e aprovadas 8 candidaturas dos PAMUS das Entidades Intermunicipais • 1 Aviso Mobilidade Urbana Sustentável, para submissão de candidaturas de operações integradas nos 8 PAMUS - 64 candidaturas / 22 aprovadas (5,3 M€ FEDER) <p>IE aprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 4.5: 7,0 M€ • Peso IE PI 4.5 no IE EP 3: 37,8%

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Apresentação da execução de cada Eixo Prioritário
		<p>IE executado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 4.5: 1,6 M€ • Peso IE PI 4.5 no IE EP 3: 100% <p>Sobre (i) progressos alcançados e (ii) problemas mais significativos e medidas adotadas, ver Quadros anexos e ponto 6 deste Relatório, respetivamente.</p>
4	Qualidade Ambiental	<p>Principais desenvolvimentos EP 4:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 6 (dotação inicial: 130,9 M€ FEDER) - Candidaturas: 656 submetidas e 232 aprovadas (125,0 M€ IE e 103,6 M€ FEDER) - Execução: 17,8 M€ IE e 15,2 M€ FEDER - Taxa de compromisso: 64,2% - Taxa de execução: 9,4% - Taxa de pagamento: 10,2% - Operações totalmente executadas: 27 <p>PI 6.3:</p> <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 Aviso Património Natural – 195 candidaturas / 66 aprovadas (16,2 M€ FEDER) • 2 Avisos Património Cultural – 246 candidaturas / 53 aprovadas (46,1 M€ FEDER) <p>IE aprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 6.3: 73,5 M€ • Peso IE PI 6.3 no IE EP 4: 58,8% <p>IE executado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 6.3: 9,2 M€ • Peso IE PI 6.3 no IE EP 4: 51,8% <p>PI 6.5:</p> <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 Aviso Reabilitação Urbana – 213 candidaturas / 111 aprovadas (38,1 M€ FEDER) • 1 Aviso Qualidade do Ar – 1 candidatura aprovada (0,8 M€ FEDER) • 1 Aviso IF para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU) - 1 FdF aprovado, que se desdobra em 3 candidaturas (1 no EP 4 com 2,5 M€ FEDER e 2 no EP 5 com 12,0 M€ FEDER) <p>IE aprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 6.5: 51,5 M€ • Peso IE PI 6.5 no IE EP 4: 41,2% <p>IE executado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 6.5: 8,6 M€ • Peso IE PI 6.5 no IE EP 4: 48,2% <p>Sobre (i) progressos alcançados e (ii) problemas mais significativos e medidas adotadas, ver Quadros anexos e ponto 6 deste Relatório, respetivamente.</p>
5	Sistema Urbano	<p>Principais desenvolvimentos EP 5:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 8 (dotação inicial: 434,3 M€ FEDER) - Candidaturas: 356 submetidas e 145 aprovadas (136,7 M€ IE e 103,9 M€ FEDER) - Execução: 23,4 M€ IE e 20,3 M€ FEDER

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Apresentação da execução de cada Eixo Prioritário
		<p>- Taxa de compromisso: 27,0%</p> <p>- Taxa de execução: 5,3%</p> <p>- Taxa de pagamento: 5,7%</p> <p>- Operações totalmente executadas: 24</p> <p>PI 4.5:</p> <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2 Avisos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) - 145 candidaturas / 51 aprovadas (22 M€ FEDER) <p>IE aprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 4.5: 25,8 M€ • Peso IE PI 4.5 no IE EP 5: 18,9% <p>IE executado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 4.5: 7,4 M€ • Peso IE PI 4.5 no IE EP 5: 31,8% <p>PI 6.5:</p> <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2 Avisos PEDU – 124 candidaturas / 49 aprovadas (55,5 M€ FEDER) • 1 Aviso IF para a reabilitação e revitalização urbanas (IFRRU) - 1 FdF aprovado, que se desdobra em 3 candidaturas (1 no EP 4 e 2 no EP 5 com 8,9 M€ na PI 6.5 e 3,1 M€ na PI 9.8) <p>IE aprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 6.5: 75,9 M€ • Peso IE PI 6.5 no IE EP 5: 55,5% <p>IE executado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 6.5: 11,6 M€ • Peso IE PI 6.5 no IE EP 4: 49,6% <p>PI 9.8:</p> <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2 Avisos PEDU – 87 candidaturas / 45 aprovadas (26,43 M€ FEDER) • 1 Aviso IF para a reabilitação e revitalização urbanas (IFRRU) - 1 FdF aprovado que se desdobra em 3 candidaturas (1 no EP4 e 2 no EP5 com 8,9 M€ na PI 6.5 e 3,1 M€ na PI 9.8) <p>IE aprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 9.8: 34,9 M€ • Peso IE PI 9.8 no IE EP 5: 25,5% <p>IE executado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 9.8: 4,4 M€ • Peso IE PI 9.8 no IE EP 5: 18,6% <p>Sobre (i) progressos alcançados e (ii) problemas mais significativos e medidas adotadas, ver Quadros anexos e ponto 6 deste Relatório, respetivamente.</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Apresentação da execução de cada Eixo Prioritário
6	Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores	<p>Principais desenvolvimentos EP 6:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 37 (dotação inicial: 8 FEDER com 9,5 M€, 29 FSE com 78,8 M€) - Candidaturas: 3337 submetidas e 709 aprovadas (FEDER: 0,0 M€ IE e 0,0 M€ Fundo; FSE: 11,4 M€ IE e 7,6 M€ Fundo) - Execução: (FEDER: 0,0 M€ IE e 0,0 M€ Fundo; FSE: 0,25 M€ IE e 0,16 M€ FSE) - Taxa de compromisso: 0,0% FEDER, 5,5% FSE - Taxa de execução: 0,0% FEDER, 0,11% FSE - Taxa de pagamento: 0,0% FEDER, 0,2% FSE - Operações totalmente executadas: 0 <p>PI 8.1 (FSE):</p> <p>A verba afeta ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL) apenas será mobilizável nos POR após 2017.</p> <p>PI 8.3 (FSE) e 8.8 (FEDER):</p> <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 16 Avisos SI2E – 1868 candidaturas / 0 aprovadas (aprovações apenas se iniciaram em 2018) <p>PI 8.5 (FSE):</p> <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 19 Avisos Sistema de Incentivos que contemplam apoios FSE a ações de formação no contexto empresarial - 1454 candidaturas / 703 aprovadas (7,2 M€ FSE) • 2 Avisos Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas – 6 candidaturas aprovadas (0,37 M€ FSE) <p>IE aprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 8.5: 11,4 M€ • Peso IE PI 8.5 no IE FSE EP 6: 100% <p>IE executado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 8.5: 0,25 M€ • Peso IE PI 8.5 no IE FSE EP 6: 100% <p>Nesta PI registam-se problemas de procura (SI e RHAQ) e atrasos na publicação de novo Aviso conjunto RHAQ, dada a necessidade de harmonização de critérios de seleção e dos termos do Aviso. A AG preparou e irá concretizar um plano de divulgação específico.</p> <p>PI 8.9 (FEDER):</p> <p>O Aviso para projetos-âncora das 3 EEC PROVERE formalmente reconhecidas em 2016 foi aberto, apenas, em março de 2018.</p> <p>Ver outros detalhes sobre (i) progressos alcançados e (ii) problemas mais significativos e medidas adotadas, nos Quadros anexos e no ponto 6 deste Relatório, respetivamente.</p>
7	Inclusão Social e Pobreza	<p>Principais desenvolvimentos EP 7:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 41 (dotação inicial: 20 FEDER com 34,2 M€, 21 FSE com 54,5 M€) - Candidaturas: 967 submetidas e 43 aprovadas (23 FEDER: 31,0 M€ IE e 26,1 M€ Fundo; 20 FSE: 44,8 M€ IE e 38,1 M€ Fundo) - Execução: (FEDER: 2,4 M€ IE e 2,1 M€ Fundo; FSE: 33,4 M€ IE e 28,4 M€ Fundo)

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Apresentação da execução de cada Eixo Prioritário
		<p>- Taxa de compromisso: 32,6% FEDER, 27,6% FSE - Taxa de execução: 2,6% FEDER, 20,6% FSE - Taxa de pagamento: 2,7% FEDER, 14,0% FSE - Operações totalmente executadas: 9</p> <p>PI 9.1 (FSE):</p> <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 Aviso Contratos de Emprego e Inserção (CEI e CEI+) – 8 candidaturas aprovadas (29,3 M€ FSE), já concluídas • 1 Aviso Abordagens integradas para a inclusão ativa – 12 candidaturas aprovadas (8,8 M€ FSE) <p>IE aprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 9.1: 44,8 M€ • Peso IE PI 9.1 no IE FSE EP 7: 100% <p>IE executado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 9.1: 33,4 M€ • Peso IE PI 9.1 no IE FSE EP 7: 100% <p>PI 9.6 (FSE) e 9.10 (FEDER):</p> <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 38 Avisos SI2E – 917 candidaturas / 0 aprovadas <p>O RE do SI2E apenas foi publicado em março de 2017. Foi necessário adaptar os SI às operações plurifundo e capacitar as 27 EG. Os avisos foram publicados e maioritariamente encerrados já no final do 2º semestre.</p> <p>PI 9.7 (FEDER):</p> <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 Aviso Investimentos em Infraestruturas de Saúde - 30 candidaturas / 23 aprovadas (26,1 M€ FEDER), 1 concluída • O mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas Sociais foi aprovado em setembro de 2017, pelo que os Avisos desta tipologia apenas foram abertos em fevereiro de 2018 <p>IE aprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 9.7: 31,0 M€ • Peso IE PI 9.7 no IE FEDER EP 7: 100% <p>IE executado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 9.7: 2,4 M€ • Peso IE PI 9.7 no IE FEDER EP 7: 100% <p>Ver detalhes sobre (i) progressos alcançados e (ii) problemas mais significativos e medidas adotadas, nos Quadros anexos e no ponto 6 deste Relatório, respetivamente.</p>
8	Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida	<p>Principais desenvolvimentos EP 8:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 12 (dotação inicial: 3 FEDER com 143 M€, 9 FSE com 126 M€) - Candidaturas: 443 submetidas e 260 aprovadas (111 FEDER: 129 M€ IE e 110 M€ Fundo; 149 FSE: 96 M€ IE e 82 M€ Fundo) - Execução: (FEDER: 7 M€ IE e 6 M€ Fundo; FSE: 17 M€ IE e 15 M€ Fundo) - Taxa de compromisso: 64% FEDER, 31% FSE - Taxa de execução: 3% FEDER, 6% FSE

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Apresentação da execução de cada Eixo Prioritário
		<p>- Taxa de pagamento: 4% FEDER, 5% FSE - Operações totalmente executadas: 24</p> <p>PI 10.1 (FSE):</p> <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 Aviso TEIP - 49 candidaturas aprovadas (43 M€ FSE) • 1 Aviso Combate insucesso escolar – 141 candidaturas / 23 aprovadas (10 M€ FSE) <p>IE aprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 10.1: 63 M€ • Peso IE PI 10.1 no IE FSE EP 8: 65% <p>IE executado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 10.1: 17 M€ • Peso IE PI 10.1 no IE FSE EP 8: 68% <p>PI 10.2 (FSE):</p> <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2 Avisos +Superior – 1 candidatura aprovada (1 M€ FSE) • 2 Avisos TeSP - 19 candidaturas / 15 aprovadas (9 M€ FSE) • 1 Aviso Programas Doutorais - 63 candidaturas / 42 aprovadas (12 M€ FSE) <p>IE aprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 10.2: 26 M€ • Peso IE PI 10.2 no IE FSE EP 8: 27% <p>IE executado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 10.2: 1 M€ • Peso IE PI 10.2 no IE FSE EP 8: 4% <p>PI 10.4 (FSE):</p> <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2 Avisos CET - 21 candidaturas / 19 aprovadas (7 M€ FSE) <p>IE aprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 10.4: 8 M€ • Peso IE PI 10.4 no IE FSE EP 8: 8% <p>IE executado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 10.4: 0 M€ • Peso IE PI 10.4 no IE FSE EP 8: 0% <p>PI 10.5 (FEDER):</p> <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 Aviso Infraest. Educativas - 143 candidaturas / 106 aprovadas (98 M€ FEDER), 24 concluídas • 2 Avisos TeSP - 6 candidaturas / 5 aprovadas (12 M€ FEDER) <p>IE aprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 10.5: 129 M€ • Peso IE PI 10.5 no IE FEDER EP 8: 100%

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Apresentação da execução de cada Eixo Prioritário
		<p>IE executado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 10.5: 7 M€ • Peso IE PI 10.5 no IE FEDER EP 8: 100% <p>Sobre (i) progressos alcançados e (ii) problemas mais significativos e medidas adotadas, ver Quadros anexos e ponto 6 deste Relatório, respetivamente.</p>
9	Capacitação Institucional e TIC	<p>Principais desenvolvimentos EP 9:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 3 (2 FEDER com 24,7 M€; 1 FSE com 0,3 M€) - Candidaturas: 129 submetidas e 69 aprovadas (66 FEDER: 21,2 M€ IE e 18,1 M€ Fundo; 3 FSE: 0,26 M€ IE e 0,22 M€ Fundo) - Execução: (FEDER: 2,1 M€ IE e 1,8 M€ Fundo; FSE: 0,0 M€ IE e 0,0 M€ Fundo) - Taxa de compromisso: 56,0% FEDER, 0,0% FSE - Taxa de execução: 5,5% FEDER, 0,0% FSE - Taxa de pagamento: 6,5% FEDER, 0,0% FSE - Operações totalmente executadas: 6 <p>PI 2.3 (FEDER):</p> <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 Aviso Programa APROXIMAR – 1 candidatura aprovada (0,33 M€ FEDER) • 1 Aviso Promoção das TIC na administração e serviços públicos - 125 candidaturas / 65 aprovadas (17,7 M€ FEDER), 6 concluídas <p>IE aprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 2.3: 21,2 M€ • Peso IE PI 2.3 no IE FEDER EP 9: 100% <p>IE executado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 2.3: 2,1 M€ • Peso IE PI 2.3 no IE FEDER EP 9: 100% <p>PI 11.1 (FSE):</p> <p>Sem Avisos abertos. Concluída a auscultação realizada em 2017, a AG preparou as bases para proceder ao lançamento de Avisos, aguardando-se a clarificação da reprogramação entretanto iniciada.</p> <p>PI 11.2 (FSE):</p> <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 Aviso Animação DLBC – 3 candidaturas aprovadas (0,22 M€ FSE) • Concluída a auscultação realizada em 2017, a AG preparou as bases para proceder ao lançamento de novos Avisos, aguardando-se a clarificação da reprogramação entretanto iniciada <p>IE aprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 11.2: 0,26 M€ • Peso IE PI 11.2 no IE FSE EP 9: 100% <p>IE executado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE PI 11.2: 0,0 M€ • Peso IE PI 11.2 no IE FSE EP 9: 0,0%

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Apresentação da execução de cada Eixo Prioritário
		Sobre (i) progressos alcançados e (ii) problemas mais significativos e medidas adotadas, ver Quadros anexos e ponto 6 deste Relatório, respetivamente.
10	Assistência Técnica	<p>Principais desenvolvimentos EP 10:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 7 (dotação inicial: 31,0 M€ FEDER) - Candidaturas: 30 submetidas e 27 aprovadas (27,8 M€ IE e 23,0 M€ FEDER) - Execução: 16,3 M€ IE e 14,5 M€ FEDER - Taxa de compromisso: 27,4% - Taxa de execução: 17,4% - Taxa de pagamento: 19,6% - Operações totalmente executadas: 14 <p>Avisos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 3 Avisos para os anos 2015 e 2016 – 14 candidaturas aprovadas (13,0 M€ FEDER), já concluídas • 4 Avisos para o ano 2017 - 16 candidaturas / 13 aprovadas (10,0 M€ FEDER) <p>IE aprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE AT: 27,8 M€ • Peso IE AT no IE EP 10: 100% <p>IE executado</p> <ul style="list-style-type: none"> • IE AT: 16,3 M€ • Peso IE AT no IE EP 10: 100% <p>O processo de candidaturas ao Eixo é anual, pelo que a 31/12/2017 estão consideradas candidaturas relativas aos anos 2016 e 2017, cujos beneficiários foram a CCDRN, os OI CIM/AMP, os OI Sistema de Incentivos e os Grupos de Ação Local Urbanos, estes últimos apenas no âmbito de um Aviso de 2017.</p> <p>Dado que o prazo definido para apresentação das despesas de Assistência Técnica de cada ano termina em fevereiro ou abril do ano seguinte, consoante o prazo para apresentação de contas a que cada entidade está sujeita, em 31/12/2017 estavam totalmente executadas as 14 operações da candidatura de 2016 (2 da CCDRN, 8 dos OI CIM/AMP e 4 dos OI Sistema de Incentivos).</p> <p>A execução das candidaturas tem cumprido a programação aprovada, a qual, pela razão descrita, não coincide com a programação anual do PO – décalage de 2 a 4 meses, considerando o fim das operações em fevereiro e abril do ano seguinte ao da candidatura.</p> <p>Para 2018 prevê-se que possa haver dificuldade no processo de candidatura ao Eixo por parte dos novos beneficiários - Autoridades Urbanas -, pelo que as equipas técnicas do NORTE 2020 focalizarão esforços no apoio a estas entidades.</p>

3.2. INDICADORES COMUNS E INDICADORES ESPECÍFICOS DO PROGRAMA

(Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Dados relativos a este ponto encontram-se apresentados nos Quadros 1, 2A, 2C, 3A, 3B, 4A e 4B, em anexo.

3.3. OBJETIVOS INTERMÉDIOS E METAS DEFINIDOS NO QUADRO DE DESEMPENHO

(Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Dados relativos a este ponto encontram-se apresentados no Quadro 5, em anexo.

3.4. DADOS FINANCEIROS

(Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Dados relativos a este ponto encontram-se apresentados nos Quadros 6 e 7, em anexo.

4. SÍNTESE DAS AVALIAÇÕES

(Artigo 50.º, n.º 2 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

No que à avaliação diz respeito, no modelo de governação do Portugal 2020 (PT2020) prevê-se a criação da Rede de Monitorização e Avaliação (RM&A), constituída por todas as entidades com competências na governação dos FEEI, nomeadamente, os organismos de coordenação e as AG dos programas, e coordenada pela AD&C. No âmbito dos seus trabalhos foi elaborado o Plano Global de Avaliação (PGA), documento referencial de planeamento dos exercícios de avaliação no PT2020. Assim, o PGA do PT2020 não pode deixar de enformar a elaboração do “Plano de Avaliação do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020” (PA do Norte 2020).

No ano de 2017, foram efetuadas duas reuniões da RM&A, a 15 de maio e a 12 de outubro, em que, no âmbito da temática da avaliação, foi dinamizada a articulação e a implementação dos diversos Planos de Avaliação do PT 2020, nomeadamente no que respeita às avaliações lançadas até ao momento. As discussões centraram-se nos pontos críticos e nas dificuldades sentidas pelas entidades responsáveis pelas avaliações e/ou pelas próprias equipas de avaliação no cumprimento dos prazos estabelecidos, tendo-se procedido ao ajustamento da calendarização dos diferentes exercícios de avaliação, sempre que necessário.

O PGA PT2020, cuja primeira versão foi aprovada em Agosto de 2015, foi revisto, no final do ano de 2017, e aprovado, através da Deliberação 27/2017 de 21 de dezembro da Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria (CIC Portugal 2020). Mantendo os pressupostos de cobertura programática previstos no Regulamento (UE) 1303/2013, foram efetuadas as seguintes alterações:

- Ajustamento do cronograma ao calendário efetivo de arranque das avaliações iniciadas em 2017;
- Adiamento de algumas avaliações em função do necessário ajustamento do ritmo registado na implementação das intervenções, uma vez que se trata maioritariamente de avaliações de impacto;
- Racionalização do esforço avaliativo, por integração de algumas avaliações, anteriormente autonomizadas, nas avaliações (intercalares) dos PO ou em avaliações temáticas de maior abrangência.

Ainda no âmbito das funções da RM&A, foram realizadas as seguintes atividades de capacitação das entidades responsáveis pela coordenação e gestão dos FEEI e outros agentes com responsabilidades no desenho e implementação de algumas das políticas públicas: (i) a apresentação, pela equipa de avaliação, dos trabalhos de construção da teoria da mudança, no quadro das metodologias de avaliação baseada na teoria, que estrutura a “Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização de conhecimento”; (ii) o Seminário Inaugural da “Avaliação do Impacto dos FEEI no Desempenho das Empresas”, que teve como principal objetivo divulgar a avaliação em curso, os seus propósitos e a lógica da abordagem

metodológica adotada, suscitando a reflexão e debate sobre as vantagens e limitações dos métodos de análise contrafactual dos impactos das políticas públicas.

No que respeita ao ponto de situação do PA do Norte 2020, até ao final de 2017, foi possível iniciar a realização de seis estudos de avaliação, encontrando-se mais três em fase de preparação das respetivas especificações técnicas e cadernos de encargos. O ritmo de implementação do plano não pode, naturalmente, deixar de espelhar o ritmo de implementação dos respetivos Eixos Prioritários (EP), Objetivos Temáticos (OT) e Prioridades de Investimento (PI), estando, em todo o caso, a ser realizadas avaliações de impacto de temas que se mantêm do anterior período de programação. O conjunto das avaliações em execução apresenta uma significativa amplitude temática, sendo os programas regionais do continente aqueles que são abrangidos por um maior número de avaliações. A abrangência temática das avaliações em curso é bastante relevante, abordando um conjunto significativo de PI no âmbito dos OT 1, 3, 8, 9 e 10.

Indicam-se, em seguida, as avaliações em curso, em função da sua natureza e âmbito, apresentando-se uma breve descrição dos seus objetivos e do seu estado de concretização:

Avaliações de Processo

- “Avaliação da implementação da Estratégia Nacional e Regionais de Investigação para uma Especialização Inteligente (RIS3): Rede, Realizações e Primeiros Resultados” (Avaliação nº 23) - que pretende avaliar, nomeadamente, em que medida a integração das ENEI/EREI no processo de implementação do PT2020 permite alcançar os objetivos esperados, contribuir para promover a especialização inteligente dos territórios a que respeitam, através de uma crescente integração das cadeias-de-valor e maior articulação entre os atores (Responsável: AD&C; Programas envolvidos: PO CI, PO CH, PO Regionais, PDR e PO MAR; Estado de concretização: Relatório Inicial entregue).

- “Avaliação da operacionalização da abordagem territorial do Portugal 2020 no contexto da convergência e coesão territorial” (Avaliação nº 42) - que pretende avaliar o contributo dos instrumentos de política que a operacionalizam nos quatro domínios temáticos do PT 2020 para os resultados e impactos esperados na redução das assimetrias regionais e, conseqüente, reforço da convergência económica e da coesão territorial (Responsável: AD&C; Programas envolvidos: PT 2020; Estado de concretização: aguarda Relatório Inicial).

- “Avaliação da implementação dos Sistemas de Incentivos do Portugal 2020” (Avaliação nº 19) - que visa aferir de que forma os apoios atribuídos tendem a maximizar os resultados previstos para o domínio “Competitividade e Internacionalização”, permitindo a incorporação de ajustamentos e correções processuais (Responsável: AD&C; Programas envolvidos: PO CI, PO Regionais do continente; Estado de concretização: Relatório Inicial entregue).

Avaliações do Impacto

- “Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização de conhecimento” (Avaliação nº 21) - que visa identificar (i) os impactos dos apoios no âmbito da valorização da eficiência coletiva no Sistema de I&I e (ii) os mecanismos que conduzem à mudança, aferindo, com base na experiência e resultados do período de programação anterior, o grau de adequação dos instrumentos propostos no PT2020 (Responsável: AD&C; Programas envolvidos (QREN e PT 2020): PO CI, PO CH, PO Regionais e PDR; Estado de concretização: Relatório Inicial aprovado).

- “Avaliação do contributo dos FEEI para a formação avançada” (Avaliação nº 32) - que pretende avaliar, nomeadamente a eficácia e o impacto do apoio dos fundos no âmbito da formação avançada de ativos, através de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, bem como de programas doutorais e explicitar a forma como estes apoios produziram os efeitos esperados, em que circunstâncias e em que contexto, e os fatores críticos de sucesso (Responsável: PO CH; Programas envolvidos (QREN e PT 2020): PO PH (QREN), PO CH; PO Norte, PO Centro, PO Alentejo; Estado de concretização: Relatório Inicial aprovado).

- “Avaliação do impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas” (Avaliação nº 18) - que pretende isolar o “efeito de incentivo” nas empresas apoiadas, a partir dos resultados e impactos dos projetos (Responsável: AD&C; Programas envolvidos (QREN): PO CI, PO Regionais do continente; Estado de concretização: Relatório Inicial aprovado).

Conforme referido anteriormente, salienta-se que, ainda no decorrer do ano de 2017, se procedeu ao início da preparação de outras três avaliações, designadamente, a “Avaliação da aplicação dos custos simplificados” (Avaliação nº 41), a “Avaliação do contributo dos FEEI para a modernização e capacitação da administração pública” (Avaliação nº 22) e a “Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a promoção do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens” (Avaliação nº 35).

5. INFORMAÇÃO SOBRE A EXECUÇÃO DA INICIATIVA EMPREGO JOVEM (IEJ)

(Artigo 19.º, n.ºs 2 e 4 do Regulamento (UE) n.º 1304/2013)

Não aplicável ao NORTE 2020.

6. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS

(Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

6.a) QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS

DINÂMICAS REGIONAIS

A conjuntura económica melhorou durante 2017, acentuando-se a trajetória de crescimento de 2016. No contexto nacional, o PIB em volume cresceu 2,7%, o mais alto desde 2001 e, ainda, superior ao registado para a UE28. Para a evolução do PIB contribuiu, sobretudo, o crescimento: da população empregada (+3,3%), da FBCF da economia (+10,2%) e das exportações (+10,1%) a preços correntes. Na RN, a dinâmica económica foi, no mínimo, qualitativamente semelhante à nacional, com forte crescimento da população empregada (3,8%) e das exportações nominais (8,2%), a par da redução da taxa de desemprego para 9,8%, 2,2 pp inferior ao do ano transato. Apesar de ainda não se conhecer o resultado do PIB de 2017 do Norte, existem, assim, indícios de que foi superado o de 2016 (1,9%).

Apesar de só existir informação para 2016 da atividade das sociedades não-financeiras e de se tratar de um ano com menor crescimento económico, os principais indicadores empresariais mostraram ligeira retoma, nomeadamente, a FBCF cresceu 11,4% a preços correntes, o pessoal ao serviço aumentou 4,2%, o volume de negócios subiu 4,6% e o rácio de autonomia financeira aumentou para 39% (o maior registo desde, pelo menos, o ano de 2008). Do lado das condições de financiamento, a situação tem sido dual. Por um lado, a taxa de juro dos novos empréstimos atingiu 2,2%, em Portugal, no último trimestre de 2017, o registo mais baixo desde, pelo menos, o ano 2003. Por outro, ainda persistem dificuldades na obtenção de crédito por parte das sociedades não-financeiras da RN, situação explicada, em parte, pela fraca procura e pelas normas regulatórias mais restritivas do setor bancário. Ainda assim, invertendo a tendência recente, o montante de novos empréstimos teve um crescimento homólogo de 9,0% em Portugal e de 2,5% na RN, no 4º trimestre de 2017. Esta recente retoma dos empréstimos foi acompanhada, também, pela redução da sinistralidade de crédito (entre o 4º trimestre de 2016 e o 4º trimestre de 2017, o rácio de crédito vencido baixou de 14,4% para 13,5% em Portugal, e de 11,8% para 10,6% na RN).

A maior parte das condições económicas e de financiamento das empresas evoluíram favoravelmente, pelo que o valor acrescentado das políticas públicas para correção de falhas de mercado de capitais tem menor expressão. Torna-se necessário redirecionar recursos para a oferta de bens públicos e a correção de outras falhas de mercado mais estruturais e associadas a externalidades, alinhando benefícios sociais e benefícios privados e aumentando, assim, o potencial de crescimento económico da RN.

CONDICIONANTES DE EXECUÇÃO

Mapeamentos

A seleção de certas intervenções exigia a aceitação pela CE de mapeamentos dos investimentos em infraestruturas: de saúde, de educação, de cultura, de acolhimento empresarial e tecnológicas, sociais. Este tipo de condicionante estendia-se às enquadradas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico.

Enquadramento regulamentar

Com a Decisão de Execução da Comissão C(2017)7194 final de 24/10, que incidiu sobre proposta de reprogramação solicitada pelo PO, foram introduzidas alterações relativas à eficiência energética nas infraestruturas públicas (PI 4.3). Estas alterações foram transpostas na Portaria 325/2017 de 27/10.

O Estado-Membro alterou ainda os quatro Regulamentos Específicos dos domínios temáticos e as normas comuns sobre o FSE e publicou a Portaria 105/2017 de 10/03 que cria o SI2E. Foram revistos os critérios de seleção de algumas tipologias (ex.: PI 8.5) e realizadas diligências de clarificação de regras e procedimentos em diferentes tipologias, como o SI2E ou os Programas Doutorais.

Sistemas de informação

Os desenvolvimentos permitiram obter as funcionalidades necessárias com segurança e fiabilidade dos dados, ainda que, num ou noutro caso, com recurso a soluções de contingência, apesar dos seguintes constrangimentos:

- SIFSE: na sequência da disponibilização das funcionalidades de registo da execução física e reembolsos relativas à maioria das TO (algumas TO aguardam ainda a sua operacionalização), mantêm-se limitações no tempo de correção de incidências reportadas pelos beneficiários e pela AG e na implementação de aperfeiçoamentos que permitiriam melhorar a eficiência dos processos de análise e de execução;
- Balcão: (i) incompleta integração e interoperabilidade dos vários sistemas; (ii) rigidez da gestão do sistema e morosidade das respostas, dada a necessidade de concertar as posições entre AG; (iii) atrasos nas funcionalidades de notificação; (iv) dificuldade de extração de informação residente e de consolidação de dados agregados.

Outras

Défice de recursos humanos na AG e nos OI, que as dificuldades de recrutamento não permitiram colmatar, situação que se agravou com a gestão do SI2E dada a elevada procura registada. Os custos de transação têm-se vindo a agravar com a necessidade de harmonização e articulação entre AG dos PO e com organismos setoriais e outras entidades envolvidas na gestão.

MEDIDAS ADOTADAS

1. Operacionalização de iniciativas da CIC PT 2020 para incentivar e antecipar a execução dos projetos promovidos pelas empresas (SI Inovação Produtiva) e pelos municípios (PEDU e PARU).
2. Conclusão dos mapeamentos em falta: infraestruturas de acolhimento empresarial (28/02), infraestruturas sociais (15/09), e infraestruturas tecnológicas (20/12).
3. Agilização dos processos de planeamento das AIDT, das EEC PROVERE, das DLBC, favorecendo a negociação, promovendo reuniões e elaborando avisos mais focados para aceleração da análise, aprovação e execução de candidaturas.
4. Adoção e concretização de Plano de Ação do FSE para cumprimento da “regra n+3” e melhoria dos indicadores de despesa que relevam para o Quadro de Desempenho (QD), aumentando a apresentação de despesa e a sua validação.
5. Desenvolvimentos do sistema de informação da AG e dos sistemas de informação partilhados pelas restantes AG, com interações frequentes no âmbito dos grupos de trabalho, coordenados pela AD&C, tendo sido atribuída prioridade às intervenções que condicionavam o cumprimento da regra n+3.
6. Capacitação administrativa dos OI e outras entidades (GAL e AU), através de reuniões de articulação mensal e ações de formação (sistemas de informação, SI2E, comunicação, etc).
7. Participação nas Redes Temáticas do PT 2020 e articulação com organismos, com vista a assegurar a coordenação entre os serviços envolvidos na gestão dos FEEI.
8. Realização de iniciativas de informação e comunicação para cumprimento das responsabilidades na preparação e execução das operações destinadas aos promotores, realçando-se a adoção e a aplicação da Orientação Técnica relativa ao Processo Interno de Avaliação dos Compromissos e da Capacidade de Execução dos Beneficiários.
9. Monitorização regular do cumprimento de realizações e resultados, tendo em vista o estabelecimento de prioridades na alocação de recursos.

6.b) AVALIAR SE OS PROGRESSOS REALIZADOS SÃO SUFICIENTES PARA ATINGIR AS METAS FIXADAS, INDICANDO AS MEDIDAS CORRETIVAS EVENTUALMENTE TOMADAS OU PREVISTAS

O cumprimento das metas do Quadro de Desempenho depende, antes de mais, da qualidade das estimativas efetuadas, isto é, da qualidade das estimativas dos (i) montantes, dos (ii) custos unitários e do (iii) período exetável para a produção das

realizações e dos resultados. A última estimativa é aquela que mais dificilmente é estimável em sede de programação. Mesmo com um ano de atraso, a aprovação do NORTE 2020 pela Comissão Europeia não determinou de imediato a possibilidade de aprovação e execução de operações. Foi necessário, por exemplo, publicar a legislação nacional relevante, elaborar os diversos mapeamentos, concluir as avaliações “ex ante” dos Instrumentos Financeiros (IF), ultrapassar as condicionalidades “ex ante” não cumpridas, desenvolver os exercícios de planeamento indispensáveis à contratualização das diferentes Abordagens Integradas ao Desenvolvimento Territorial.

Em muitas situações, depois de vencidos todos estes passos, após a aprovação das candidaturas, o seu normal período de vida útil seria pouco compaginável com o encerramento das operações de forma a serem contabilizadas no respetivo indicador de realização no que respeita ao FEDER. No caso do investimento público, acrescem ainda todos os procedimentos de contratação pública que aumentam o período entre a aprovação de uma dada operação e a sua plena execução.

Esta situação deverá merecer particular atenção.

Em primeiro lugar, é necessário rever as metas em muitos indicadores do QD, nomeadamente aumentando em algumas circunstâncias as respeitantes às etapas de execução e reduzindo as respeitantes aos indicadores de realização. Em algumas situações, será necessário rever os indicadores e etapas de execução, adequando-os à procura registada. Por exemplo, sabendo-se que nos IF a intermediação é longa e morosa até se chegar à contratualização com as empresas, faz pouco sentido considerar uma etapa de execução igual à dos Sistemas de Incentivos, que têm um processo de intermediação muito mais curto.

Em segundo lugar, é necessário estabilizar o entendimento da alteração do número 3 do artigo 5º do Regulamento de Execução (UE) nº 215/2014 da Comissão. Esta alteração vem permitir que numa operação não encerrada física e financeiramente possam ser contempladas as respetivas realizações em três situações distintas, sendo que a terceira acaba por ser redundante em relação às duas primeiras. A primeira aplica-se a projetos infraestruturais, a segunda é de potencial aplicação a projetos imateriais (projetos de I&D, Sistemas de Incentivos, etc). Os esclarecimentos que vêm sendo efetuados tratam todas as situações como se só estivesse prevista a primeira possibilidade. Não existe interpretação até ao momento da segunda: “valores atingidos relativamente a operações que tenham sido iniciadas, mas em que algumas ações conducentes a resultados ainda estejam em curso”. Uma interpretação adequada permite contemplar de outra forma a contabilização das realizações em projetos imateriais.

Evidentemente, em sede de reprogramação, as duas primeiras estimativas (montantes e custos unitários) também se têm de ajustar à procura real e a projetos concretos, dado que foram efetuadas tendo em consideração o histórico que necessariamente não se reproduz. Apesar de tudo, esse exercício é potencialmente mais simples do que aquele que respeita à consideração do tempo.

7. RESUMO PARA OS CIDADÃOS

(Artigo 50.º, n.º 9 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Ver Anexo I ao Relatório.

8. RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(Artigo 46.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Ver Anexo II ao Relatório.

9. AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE, aplicável às condicionalidades que não se encontravam cumpridas aquando da aprovação do PO (Artigo 50.º, n.º 2 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Não aplicável ao relatório de execução de 2017.

10. PROGRESSOS NA PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DOS GRANDES PROJETOS E PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS

(Artigos 101.º, alínea h), e 111.º, n.º 3, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

10.1. GRANDES PROJETOS

Não aplicável ao NORTE 2020.

10.1.a. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS NA EXECUÇÃO DE GRANDES PROJETOS E MEDIDAS TOMADAS PARA A SUA RESOLUÇÃO

Não aplicável ao NORTE 2020.

10.1.b. ALTERAÇÕES EVENTUAIS À LISTA INDICATIVA DE GRANDES PROJETOS DO PROGRAMA OPERACIONAL

Não aplicável ao NORTE 2020.

10.2. PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS (não aplicável)

Não aplicável ao NORTE 2020.

10.2.a. PROGRESSOS ALCANÇADOS NA EXECUÇÃO DAS DIFERENTES FASES DOS PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS

Não aplicável ao NORTE 2020.

10.2.b. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA A SUA RESOLUÇÃO

Não aplicável ao NORTE 2020.

11. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

11.4. INFORMAÇÃO SOBRE O APOIO CONSAGRADO AOS OBJETIVOS RELATIVOS ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

(Artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

O Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) determina que a política da União deverá integrar exigências no domínio do ambiente contribuindo para objetivos de: preservação, proteção e melhoria da qualidade do ambiente; proteção da saúde das pessoas; utilização prudente e racional dos recursos naturais; e promoção, no plano internacional, de medidas destinadas a enfrentar os problemas regionais ou mundiais do ambiente, e designadamente a combater as alterações climáticas.

Para este efeito, o NORTE 2020 definiu valores indicativos destinados ao cumprimento dos objetivos em matéria de alterações climáticas, prevendo a afetação de 8,39% da dotação total do PO (283,6 M€), que se distribui pelo Eixo 1 (6,9 M€), Eixo 2 (20,3 M€), Eixo 3 (142,7 M€), Eixo 4 (11,4 M€) e Eixo 5 (102,3 M€).

Até ao final de 2017 e de acordo com as informações transmitidas à CE reportadas àquela data, o contributo do NORTE 2020 em matéria de alterações climáticas é de 35,4 M€ de apoio da União (89 operações), que corresponde a 12,5% da dotação indicativa deste PO para este fim. Do universo das operações aprovadas que contribuem para os objetivos relativos às alterações climáticas:

- 7 Operações respeitam ao domínio “14 - Renovação do parque habitacional existente no plano da eficiência energética, projetos de demonstração e medidas de apoio” (EP3 / PI 4.3);
- 9 Operações respeitam ao domínio “43 - Infraestruturas e promoção de transportes urbanos limpos (incluindo equipamento e material circulante)” (EP3 / PI 4.5 e EP5 / PI 4.5);
- 2 Operações respeitam ao domínio “44 - Sistemas de transporte inteligentes (incluindo a introdução da gestão da procura, sistemas de portagem, sistemas TI de monitorização, de controlo e de informação)” (EP3 / PI 4.5);
- 1 Operação respeita ao domínio “83 - Medidas relativas à qualidade do ar” (EP4 / PI 6.5);
- 70 Operações respeitam ao domínio “90 - Ciclovias e vias pedonais” (EP3 / PI 4.5 e EP5 / PI 4.5).

Tendo em conta as intervenções previstas na PI 4.5 ao nível dos PAMUS no Eixo 3 e dos PEDU no Eixo 5, estima-se que já em 2018 o contributo seja mais relevante.

No caso concreto do Eixo 3, estes valores podem ser justificados pelo facto de nos dois Avisos de concurso referentes à Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local não terem sido aprovadas operações, devido à necessidade de prévio cumprimento das respetivas condicionalidades *ex ante* (verificado em 05/07/2017), mas sobretudo à dificuldade de estabilização do modelo de financiamento das operações. A negociação entre o Estado-Membro e a CE estendeu-se no tempo, gerando indefinição nos beneficiários. Decorrente das negociações referidas, foi aprovada uma alteração do Programa a 24/10/2017, tendo igualmente sido aprovada uma alteração do Regulamento Específico da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos.

Tendo em consideração a dotação ainda disponível em cada um dos Eixos mencionados, verifica-se margem de progressão que permite, até ao final do período de programação, cumprir os montantes indicativos assumidos.

14. INFORMAÇÕES QUE PODEM SER ADICIONADAS, EM FUNÇÃO DO CONTEÚDO E DOS OBJETIVOS DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS

14.4. CONTRIBUIÇÃO PARA AS ESTRATÉGIAS MACRORREGIONAIS E PARA AS ESTRATÉGIAS RELATIVAS ÀS BACIAS MARÍTIMAS, QUANDO APLICÁVEL²

Estratégias macrorregionais e estratégias para as bacias marítimas	<input type="checkbox"/>	EU Strategy for the Baltic Sea Region (EUSBSR)
	<input type="checkbox"/>	EU Strategy for the Danube Region (EUSDR)
	<input type="checkbox"/>	EU Strategy for the Adriatic and Ionian Region (EUSAIR)
	<input type="checkbox"/>	EU Strategy for the Alpine Region (EUSALP)
	<input checked="" type="checkbox"/>	Estratégia Marítima da UE para a Área do Atlântico (<i>Atlantic Sea Basin Strategy (ATLSBS)</i>)

No caso da Estratégia Marítima da UE para a Área do Atlântico, identificar as **prioridade(s) e objetivos relevantes para o Programa Operacional**:

Prioridades	Objetivos	Assinalar as prioridade(s)/ objetivo(s) relevantes
1 - Promover o empreendedorismo e a inovação	1.1 - Partilhar conhecimentos entre instituições de ensino superior, empresas e centros de investigação	X
	1.2 - Reforçar a competitividade e as capacidades de inovação na economia marítima da Região Atlântica	X
	1.3 - Estimular a adaptação e a diversificação das atividades económicas, promovendo o potencial da Região Atlântica	X
2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	2.1 - Melhorar a segurança marítima	
	2.2 - Explorar e proteger as águas marinhas e as zonas costeiras	
	2.3 - Gerir os recursos marinhos de forma sustentável	
	2.4 - Explorar o potencial do meio marinho e costeiro da Região Atlântica em matéria de energias renováveis	
3 - Melhorar a acessibilidade e conectividade	3.1 - Promover a cooperação entre portos	
4 - Criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo	4.1 - Promover um melhor conhecimento dos desafios sociais na Região Atlântica	
	4.2 - Preservar e promover o património cultural do Atlântico	X

Ações ou mecanismos adotados para articulação do Programa Operacional com a Estratégia Marítima da UE para a Área do Atlântico:

A. Os coordenadores da Estratégia Marítima da UE para a Área do Atlântico (principalmente os coordenadores nacionais, coordenadores ou membros de áreas prioritárias e/ou coordenadores ou membros de objetivos) participam no Comité de Acompanhamento do Programa?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------	--------------------------------------------

² Este *template* ainda não se encontra estabilizado no SFC 2014 pelo que a sua configuração poderá sofrer alterações.

B. Nos critérios de seleção, foram atribuídos pontos suplementares a medidas de apoio específicas à Estratégia Marítima da UE para a Área do Atlântico ?	<div>Sim</div> <input type="checkbox"/>	<div>Não</div> <input checked="" type="checkbox"/>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------	----------------------------------------------------

<p>C. O Programa Operacional investiu Fundos da UE na Estratégia Marítima da UE para a Área do Atlântico?</p> <p>Montante aproximado ou exato em EUR investido na Estratégia Marítima da UE para a Área do Atlântico (€) (Fundo aprovado):</p> <table> <tr> <td>FEDER:</td> <td><input type="text" value="17 842 128,98"/></td> </tr> <tr> <td>FC:</td> <td><input type="text"/></td> </tr> <tr> <td>FSE</td> <td><input type="text" value="461 930,00"/></td> </tr> <tr> <td>Quaisquer outros Fundos:</td> <td><input type="text"/></td> </tr> </table> <p>Se assinalar "Quaisquer outros Fundos", identificar os Fundos:</p> <div style="border: 1px solid black; height: 60px; width: 100%;"></div>	FEDER:	<input type="text" value="17 842 128,98"/>	FC:	<input type="text"/>	FSE	<input type="text" value="461 930,00"/>	Quaisquer outros Fundos:	<input type="text"/>	<div>Sim</div> <input checked="" type="checkbox"/> <div>Não</div> <input type="checkbox"/>
FEDER:	<input type="text" value="17 842 128,98"/>								
FC:	<input type="text"/>								
FSE	<input type="text" value="461 930,00"/>								
Quaisquer outros Fundos:	<input type="text"/>								

D. Indicar os resultados obtidos em relação à Estratégia Marítima da UE para a Área do Atlântico:

OT 1: Empresas em cooperação com instituições de investigação – 1; Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado – 1; Empresas que beneficiam de apoio – 4; Aumento do emprego em empresas apoiadas -32.

OT 3: Empresas que beneficiam de apoio – 6; Aumento do emprego em empresas apoiadas – 23; Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa – 4; Empresas que beneficiam de apoio – 6; Aumento do emprego em empresas apoiadas – 55.